



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
 Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre - RS - www.trf4.jus.br

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

PODER JUDICIÁRIO			
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 4ª REGIÃO			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO À DEZEMBRO DE 2013			
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")			<i>R\$ Mil</i>
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
		INSCRITAS EM	
		RESTOS A PAGAR	
	LIQUIDADAS	NÃO	TOTAL
		PROCESSADOS	
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.241.780	2.260	1.244.040
Pessoal Ativo	1.104.539	1.806	1.106.345
Pessoal Inativo e Pensionistas	137.241	454	137.695
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	136.747	1.627	138.374
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.975	-	2.975
Decorrentes de Decisão Judicial	509	-	509
Despesas de Exercícios Anteriores	13.286	1.404	14.690
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	119.977	223	120.200
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.105.033	633	1.105.666

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	656.094.218		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,168426%	0,000096%	0,168522%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,305833%		2.006.552,63
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,290541%		1.906.225,00
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,275250%		1.805.897,37
FONTE: SIAFI GERENCIAL			
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:			
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;			
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.			

PODER JUDICIÁRIO			
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 4ª REGIÃO			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO À DEZEMBRO 2013			
RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")			<i>R\$ Mil</i>
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a – b)
100 - Recursos Ordinários	72.168	14.930	57.238
127 - Custas e emolumentos - Poder Judiciário	3.429	457	2.972
150 - Recursos Não-Financeiros Diretam. Arrecadados	409	-	409

153 - Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	123	-	123
156- Contribuição Plano Seguridade Social	124	3	121
169 - Contrib. Patronal p/Plano de Seguridade Soc.Serv.	188	83	105
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	10	10	-
190 - Recursos Diversos	461	-	461
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	76.912	15.483	61.429
Recursos não submetidos a classificação por fonte de recursos	79	538	(459)
			-
			-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	79	538	(459)
TOTAL (III) = (I + II)	76.991	16.021	60.970
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹			
FONTE: SIAFI GERENCIAL			
Nota ¹ : A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.			
Nota ² : Os recursos não submetidos à classificação por fonte de recursos correspondem aos Depósitos e Cauções.			

PODER JUDICIÁRIO						
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 4ª REGIÃO						
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL						
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR						
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
JANEIRO À DEZEMBRO 2013						
RGF – ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")						R\$ M
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADO (NÃO INSCRITOS POR
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		

					PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
100 - Recursos Ordinários	2.004	5.507	7.344	57.243	57.238	
127 - Custas e emolumentos - Poder Judiciário	93	293	68	2.972	2.972	
150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	409	
153 - Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	123	123	
156- Contribuição Plano Seguridade Social	-	4	-	120	121	
169 - Contrib. Patronal p/Plano de Seguridade Soc.Serv.	-	32	-	103	105	
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	-	-	10	-	-	
190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	461	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.097	5.836	7.422	60.561	61.429	-
Recursos não submetidos a classificação por fonte de recursos	-	-	-	-	(459)	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	-	-	-	(459)	
TOTAL (III) = (I + II)	2.097	5.836	7.422	60.561	60.970	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹						

FONTE: SIAFI GERENCIAL						
Nota 1: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.						
Nota 2: Os recursos não submetidos à classificação por fonte de recursos correspondem aos Depósitos e Cauções.						
Nota 3: A diferença negativa nos recursos não vinculados no montante de R\$ 459 mil refere-se a depósitos de terceiros e depósitos judiciais (decorrentes do registro de precatórios, conforme artigo 10 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF), que estão cobertos pela disponibilidade de caixa bruta na fonte 190.						
Nota 4: A insuficiência financeira na fonte 100 no valor de R\$ 5 mil está suprida pela suficiência na fonte 150 no valor de R\$ 409 mil.						



Documento assinado eletronicamente por **João Cristovão Petry, Diretor da Secretaria de Controle Interno, em exercício**, em 23/01/2014, às 14:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Capeleti, Diretor da Diretoria Financeira**, em 23/01/2014, às 15:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Izidoro Zorzo, Diretor-Geral**, em 23/01/2014, às 18:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **1774044** e o código CRC **3D711C3D**.